

# O APRISIONAMENTO DA RAZÃO: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DO IDORT NO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

## THE IMPRISONMENT OF REASON: AN ANALYSIS OF THE IDORT'S PARTICIPATION IN THE DEVELOPMENT OF PROFESSIONAL EDUCATION IN BRAZIL

## EL ENCARCELAMIENTO DE LA RAZÓN: UN ANÁLISIS DE LA PARTICIPACIÓN DEL IDORT EN EL DESARROLLO DE LA EDUCACIÓN PROFESIONAL EN BRASIL

Pedro Rafael Costa Silva<sup>1</sup>

Universidade Estadual do Ceará-UECE

Stephanie Barros de Araújo<sup>2</sup>

Universidade Estadual do Ceará-UECE

Ivo Batista Conde<sup>3</sup>

Universidade Estadual do Ceará-UECE

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação pela Universidade estadual do Ceará - UECE. Mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Fortaleza- CE. E-mail: [pedrorafaelce@hotmail.com](mailto:pedrorafaelce@hotmail.com). Link lattes: <http://lattes.cnpq.br/0031308297654921>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3543-2332>

<sup>2</sup> Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) . Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) na linha Marxismo e Formação do Educador sob orientação da Professora Dra Maria das Dores Mendes Segundo e coorientação da Professora Dra Helena de Araújo Freres. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (2013). Pesquisadora-colaboradora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário - IMO da Universidade Estadual do Ceará e Universidade Federal do Ceará, junto ao grupo Trabalho, Educação e Luta de Classes e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Física pela Universidade Estadual do Ceará. Atualmente, atua como Professora da Educação Básica do município de Fortaleza e participa do conselho editorial da Revista Arma da Crítica (PPGE-UFC). E-mail: [stephaniebarros.araujo@gmail.com](mailto:stephaniebarros.araujo@gmail.com). Link lattes: <http://lattes.cnpq.br/0533555395692505>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9134-7557>.

<sup>3</sup> Possui graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Ceará (2006), graduação em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2001), graduação em Bacharelado em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Ceará (2008), mestrado em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (2017) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (2022). Integrante do Grupo de Pesquisa Docência na Educação Básica e Ensino Superior (GDESB/CNPq - UECE). Tem experiência na área de Biologia Geral, com ênfase em Formação de Professores, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, educação ambiental, educação à distância, informática educativa, ensino de ciências e estágio supervisionado. Fortaleza- CE. E-mail: [ivoconde@gmail.com](mailto:ivoconde@gmail.com). Link lattes: <http://lattes.cnpq.br/0269933620597012>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6481-8598>.

## Resumo

A educação profissional é um fenômeno amplamente debatido na contemporaneidade. O objetivo do presente trabalho foi analisar os fundamentos ontológicos de sua gênese no Brasil enquanto proposta madura de formação de consciências – especialmente no seio da classe trabalhadora – tendo como foco as décadas de 1930 e 1940. Posto isto, o artigo se dedica a estudar os primeiros anos de atuação do Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho (IDORT), absorvendo-o como importante célula de propagação da racionalidade burguesa no campo educacional. Salientamos que o trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica, tendo como suporte metodológico o materialismo histórico-dialético. Como elemento conclusivo, afirmamos que o IDORT se constituiu como um marco para a assimilação de padrões de organização do trabalho do século XX como o taylorismo, contribuindo diretamente para a maturação da educação profissional como protótipo conteudístico e conceitual de soerguimento do capitalismo brasileiro moderno. Por fim, afirmamos ser essa uma experiência relevante da relação entre trabalho e educação, pois demonstra que o desenvolvimento das forças produtivas exigiu uma plataforma ideológica compatível a sua objetivação. Nesse aspecto, a educação profissional no Brasil ajudou a erigir caminhos formativos para a sedimentação de relações sociais essencialmente fundadas na lógica bancária, em que a produtividade é tomada como pedra angular.

**Palavras-chave:** IDORT; Educação Profissional; Capitalismo Brasileiro.

## Abstract

Professional education is a widely debated phenomenon in contemporary times. The objective of the present work was to analyze the ontological foundations of its genesis in Brazil as a mature proposal of conscience formation - especially within the working class - focusing on the 1930s and 1940s. Having said that, the article is dedicated to study the first years of the Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho - IDORT, absorbing it as an important cell of propagation of the bourgeois rationality in the educational field. We point out that the work was developed from bibliographical research, having as methodological support the historical-dialectical materialism. In conclusion, we affirm that the IDORT was a landmark for the assimilation of work organization patterns of the 20th century, such as Taylorism, contributing directly to the maturation of professional education as a conceptual and content prototype for the uplifting of modern Brazilian capitalism. Finally, we affirm that this is a relevant experience in the relationship between labor and education, since it demonstrates that the development of the productive forces demanded an ideological platform compatible with its objectification. In this aspect, professional education in Brazil helped to build formative paths for the sedimentation of social relations essentially founded on the banking logic where productivity is taken as the cornerstone.

**Keywords:** IDORT; Professional Education; Brazilian Capitalism.

## Resumen

La formación profesional es un fenómeno ampliamente debatido en la contemporaneidad. El objetivo del presente trabajo fue analizar los fundamentos ontológicos de su génesis en Brasil como propuesta madura de formación de conciencia - especialmente en el seno de la clase trabajadora-, centrándose en las décadas de 1930 y 1940. Dicho esto, el artículo se dedica a estudiar los primeros años del Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho - IDORT, absorbiéndolo como una importante célula de propagación de la racionalidad burguesa en el campo educativo. Destacamos que el trabajo fue desarrollado a partir de una investigación bibliográfica, teniendo como soporte metodológico el materialismo histórico-dialéctico. Como elemento conclusivo, afirmamos que el IDORT se constituyó como un hito para la asimilación de patrones de organización del trabajo del siglo XX como el taylorismo, contribuyendo directamente a la maduración de la educación profesional como prototipo conceptual y de contenido del soerguimento del moderno capitalismo brasileño. Finalmente, afirmamos que se trata de una experiencia relevante de la relación entre trabajo y educación, pues demuestra que el desarrollo de las fuerzas productivas exigía una plataforma ideológica compatible con su objetivación. En este aspecto, la educación profesional en Brasil ayudó a construir caminos formativos para la sedimentación de relaciones sociales fundadas esencialmente en la lógica bancaria donde la productividad es tomada como piedra angular.

**Palabras claves:** IDORT; Educación Profesional; Capitalismo Brasileño.



## INTRODUÇÃO

O ensaio ora expresso tem por escopo investigar o contexto histórico, o desenvolvimento e o desdobramento da educação profissional no Brasil, na contextura de um empreendimento específico. Com tal desiderato, examinamos uma das principais iniciativas da burguesia desenvolvida nesse terreno na primeira metade do século XX no país: o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), uma importante célula de propagação da racionalidade positivista no seio da classe trabalhadora, em especial nos anos 1930 e nos anos 1940. Posto isto, o texto é composto por cinco seções. A primeira é destinada a atender aos elementos introdutórios relativos ao objeto de pesquisa (paradigma científico utilizado, estruturação categorial e conceitual, além dos referenciais bibliográficos).

A segunda dispõe-se ao aporte das informações metodológicas, ou seja, a maneira como pretendemos absorver os determinantes históricos do fenômeno estudado. A terceira refere-se ao âmbito da discussão, no qual optamos por elaborar uma seção destinada à apreensão dos elementos exógenos e endógenos do objeto de estudo, ao que se adita uma análise com vistas a estabelecer a relação de nosso objeto com a ascensão da educação profissional no Brasil e a criação de uma vanguarda intelectual associada a esse objetivo. A quarta congrega apontamentos relativos aos intelectuais partícipes dessa iniciativa. Nas considerações finais, derradeira parte, são indicados os elementos resolutivos da discussão.

Nesse âmbito, expressamos a ideia de que o IDORT teve papel fundante no desenvolvimento da educação profissional no Brasil, amparado em pressupostos tayloristas, pois sustentava um paradigma educacional que possuía fluência notória no incremento da educação profissional na primeira metade do século XX. Tal direcionamento amparou uma fragmentação do complexo da educação e sua degradação em uma *racionalidade instrumental*<sup>4</sup>. Esse elemento tem curso, ainda, na contemporaneidade, sendo a de cariz profissional uma especificidade da educação, destinada a formar força de trabalho embrutecida no seio da classe trabalhadora. Salientamos, *in alia manu*, a sua

---

<sup>4</sup> Tal conceito foi desenvolvido pelo sociólogo Max Weber (2012) no decurso de boa parte de sua obra. Possui, entretanto, presença sintomática na publicação **Economia e Sociedade**. Essa categoria nutre sentido no conceito de “*ação social referente a fins*”, em que o sociólogo afirma que a modernidade impõe uma racionalidade prática ao desenvolvimento das atividades humanas, tornando esta dependente de sua aplicação e interferindo nas atividades mais corriqueiras, como exemplo: para um estudante assistir a uma aula em uma determinada instituição presencial, ele tem que examinar pelo menos algumas variantes; ele irá chegar ao ambiente de estudo por meio de qual transporte? Ele possui dinheiro para pagar por esse transporte? Quais benefícios essa aula lhe trará? Segundo Lukács (2013), tal posição ontológica naturaliza uma realidade social que, na verdade, é histórica e institui uma “racionalidade” rasteira ligada à *alienação* do trabalho pela predileção ao pensamento pragmático.



relação com outra modalidade de ensino, direcionada aos estratos economicamente abastados, de natureza propedêutica, o que revela o caráter político e social de tal cisão.

Com efeito, uma análise do movimento histórico da sociedade em que a necessidade de uma educação profissionalizante se liga ao desenvolvimento do capitalismo industrial, o que no Brasil, *locus* de nosso estudo, podemos detectar, com início nos anos 1930. Daí advém nosso principal intento: examinar a participação do IDORT no desenvolvimento da educação profissional na primeira metade do século XX e ponderar sua influência no desenvolvimento da temática (educação profissional), salientando que as alterações adjetivas que lhe ocorreram não alteraram substantivamente sua proposta inicial, sendo ela: formar força de trabalho barata disposta a atender às demandas impostas pelo capital internacional ao Brasil.

Para desenvolvermos uma metanarrativa que aponte criticamente para a maturação da educação profissional no Brasil desde os anos 1930, é fundamental que nos dirijamos para o terreno histórico onde esse fenômeno se objetivou. Precisamente, ao pavimentar essa explanação, necessitamos retornar alguns anos, ao início do século XX. Não nos é dado deixar de ressaltar, ainda, que o taylorismo desaguou no Brasil com um “princípio organizativo” muito claro e que estabeleceria tentáculos cognitivos às mais diversas iniciativas empresariais, dentre elas, o IDORT. Dentre algumas das determinações desse Instituto, estava a de apregoar a extração de máxima produtividade do trabalho, com vinculação a critérios racionais de otimização efetiva da força de trabalho.

Em síntese, o IDORT nasceu com a tentativa de um país ainda predominantemente agrário, com vistas a organizar suas forças produtivas de maneira a extrair taxas de lucratividade que proporcionassem a modernização de sua indústria. Essa era a perspectiva de industriais como Roberto Simonsen, ao criar a fundação Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, em 1933. Essa iniciativa, quando analisada criticamente, remete-nos a um problema mais profundo: como alcançar tal objetivo mantendo a submissão nacional no que tange à produção de conhecimento? Remetendo especificamente a uma era do capital movida por grandes monopólios, a circulação de informações e desenvolvimento científico já havia se tornado mercadoria de grande valor, portanto, passível de especulação. Esse é um problema que reverberou nas décadas seguintes e sobre o qual cuidamos, com detenção, nas seções subsequentes.



## MÉTODO OU METODOLOGIA

Quanto à metodologia, temos a adiantar que, para analisar os aspectos propostos, escolhemos nos deter em duas categorias principais: organização do trabalho (portanto, os meios de trabalho, objeto de trabalho e o próprio trabalho) no Brasil e, também, a educação profissional. O primeiro deles diz respeito, diretamente, à relação entre trabalho e educação. Aqui tomamos o trabalho como categoria central das relações sociais e nos direcionamos aos elementos do processo laboral para afirmar, com Marx (2013, p. 189), que “Os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar seu objeto e, em terceiro, seus meios”.

O primeiro ponto a ressaltar é que o método empreendido neste ensaio se arrima na indicação de como a análise histórica deve ser conduzida; *in hoc sensu*, onde o objeto aponta para além de si mesmo. Partindo dessa premissa, constatamos que o primeiro aspecto que impõe ser elucidado relativamente ao tema diz respeito ao fato de o método ser passível de visão por dois prismas: gnosiológico e ontológico. Na inaugural perspectiva – a da Gnosiologia – as respostas para os questionamentos, alçados de maneira espontânea ou consciente, encontram-se no próprio objeto tomado em perspectiva isolada. Ocorre que, se o conhecimento surge para a sociedade como um instrumento para a intervenção social, isso, notadamente, concede à ciência um aspecto relacional que é somente apreensível, em suas múltiplas determinações, mediante uma totalidade historicamente fundada (TONET, 2013).

Decorrem disso alguns elementos fundamentais para a edificação do método. Toda elaboração social pressupõe um posicionamento ontológico – segundo prisma – ou seja, uma certa compreensão de realidade. Quando partimos para uma investigação determinada a detectar a essência do ser, nos dirigimos a um estudo de natureza ontológica. *Ita expositae*, neste estudo em particular, dirigimo-nos a um entendimento histórico-social do problema a ser investigado (nos distanciando de uma perspectiva metafísica), isso porque existem muitos recursos utilizáveis em procedimentos investigativos. No caso do nosso trabalho, reportamo-nos a “abstrações razoáveis”. Em síntese, esse caminho tem por princípio criar generalizações abstratas em nossa consciência para que imprimamos um choque na nossa criação com a realidade efetivamente existente (MARX, 2011).

Evidenciamos, também, que nosso estudo possui natureza teórica e bibliográfica.



Esse movimento tem por princípio formatar a teia de elementos históricos que detectarão as contribuições do IDORT à educação profissional no Brasil, especialmente nos anos de 1930 a 1940. Objetivamos, assim, criticar a capilaridade alcançada pelo ideário *industrialista* paulista na formulação de diretrizes educacionais, englobando as propostas efetivadas pela burguesia industrial no que tange à formação do trabalhador no Brasil e sua relação com o complexo da educação, especialmente a de teor profissional. Com esse desígnio, dirigimo-nos a uma instituição ideológica específica, o Idort, importante instituto financiado pela elite industrial paulista e que teve robusta inserção ideológica na sociedade, durante os decênios de 1930 e 1940, ocupando espaço cativo na formulação de diretivas educacionais às camadas trabalhadoras, oportunidade em que se serviu do e no qual utilizou o Estado como veículo propulsor.

## **IDORT: AGENTES HISTÓRICOS MOTIVADORES E SUA LÓGICA INTERNA**

O debate sobre a educação profissionalizante no Brasil e no mundo tangencia diversos elementos. Como partida, temos que sustentar sua relação direta com o seu complexo fundante: o trabalho. Assim expresso, o intento da seção descansa em investigar o contexto histórico, o desenvolvimento e o desdobramento de parte desse fenômeno no Brasil por meio da atuação do IDORT.

Para situar esse debate, historicamente temos de sinalizar que ele foi impulsionado por anteriores reflexões no âmbito nacional. Ressaltamos que os setores mais intelectualizados da burguesia estavam preocupados com o lugar que o Brasil ocupava na economia capitalista mundial, já nos anos 1920. Nesse concerto, um ponto que chamava atenção era: como aumentar as taxas de lucratividade no Brasil tendo como paradigma os países centrais? De acordo com a concepção de Correia e Almeida (2013), tais iniciativas passavam por otimizar os recursos disponíveis de maneira a elevar as taxas de produtividade sem investimento de novos recursos financeiros, apenas com a “racionalização” dos meios já disponíveis.

Tendo ocorrido assim, em 1929, já havia uma articulação concreta com a fundação do Instituto de Organização Científica do Trabalho vinculado à Associação Comercial, para a criação de uma comissão composta por nomes como: Geraldo de Paula Souza, Monteiro Camargo, Lourenço Filho e Roberto Mange. Nessa contextura, o que importava era extrair as possibilidades dadas pelo avanço da psicotécnica às atividades laborais (especialmente no ramo industrial). Em nossa leitura, as condições conjunturais para “o avançar” de tais propostas estavam dadas desde a carência por produtos industrializados surgirem no



mercado internacional com a deflagração da Primeira Guerra Mundial. No fim, a pretensão desse grupo era “[...] retirar do ‘fator humano’ o máximo proveito com o mínimo de resistência [...]”. (ANTONACCI, 1987, p. 74).

Com esse propósito angular, estabeleceu-se uma “lógica” organizativa dentro do IDORT, com o objetivo de atuar na esfera da reprodução social, particularmente no âmbito educacional. Dessa maneira, um elemento prático interessante de ser ressaltado, segundo Batista (2015), para a realização das ações do IDORT, era a criação de “divisões” para o alcance de determinado campo da vida laboral ou do conhecimento sobre esta. Assim havendo ocorrido os intelectuais pensaram na 1ª Divisão, denominada “Atividades no âmbito da organização administrativa do trabalho”. Nela estavam:

- 1) A Administração Pública – Planos de reorganização administrativa dos Serviços Públicos dos Estados de São Paulo e Goiás, compreendendo levantamento, plano geral e aplicação; Planos de reorganização do Departamento Central de Propaganda da Contabilidade do Instituto do Café, da Secretaria da Corte de Apelação e do Cadastro de Procuradoria do Patrimônio Imobiliário; envio de técnicos para estudos preliminares de reorganização dos serviços públicos dos Estados de Pernambuco e do Paraná, criação de Cursos de Aperfeiçoamento para funcionários públicos.
- 2) A Administração Particular – Trabalho de racionalização administrativa nos seguintes tipos de empresas: fábrica de gêneros alimentícios, de bebidas e produtos farmacêuticos; estudos preliminares para a mesma finalidade em outras empresas, além da elaboração de Normas para estudo da Racionalização do Trabalho na lavoura.
- 3) Propaganda – Conferências e publicações sobre assuntos de organização administrativa e trabalho já realizados pela Divisão.

Tendo essa diretiva como norte, o IDORT também organizou diversas ações no transcorrer dos anos de 1930 e de 1940, como sinalizam Correia e Almeida (2013). Essas ações se destinavam a campanhas e jornadas de formação a grupos empresariais e a trabalhadores de ramos produtivos diversos.

Ponto relevante a ser tratado a essa altura é a relação entre o complexo educativo e o sistema produtivo (seja ele qual for). Os seres humanos necessitam estabelecer uma relação sistêmica com a natureza para se produzir, e, concomitantemente, com vistas a reproduzir essa natureza de maneira renovada. Está aí o potencial criativo do trabalho. Ocorre que, além disso, no caso deste ensaio, ligamo-nos a uma proposta política na qual o complexo da educação, para ter uma função verdadeiramente humana, deve necessariamente se vincular a uma propositura emancipatória. De acordo com Tonet (2006, p. 7), a educação deveria formar o homem integral. De modo geral, cabe “[...] a ela, aqui



conceituada num sentido extremamente amplo, a tarefa de permitir aos indivíduos a apropriação dos conhecimentos, habilidades e valores necessários para se tornarem membros do gênero humano”. Uma vez expresso esse ponto fundante, temos que percorrer os elementos históricos que lhe concedem substância. O IDORT é uma concretude sedimentada por diversas determinações, de sorte que, sendo assim, é necessário pontuá-las.

## O IDORTE O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISISONAL: APONTAMENTOS COM SUPORTE NA SUA VANGUARDA INTELECTUAL

Expressamos que o IDORT teve papel fundante no desenvolvimento da educação profissional no Brasil. Sob o amparo de pressupostos tayloristas, sustentavam um paradigma educacional que possuía fluência notória no incremento da educação profissional na primeira metade do século XX. Tal direcionamento amparou uma fragmentação do complexo da educação e sua degradação em uma *racionalidade instrumental*.

Ao apontarmos para as raízes desse fenômeno na contemporaneidade, remontamos às análises de Marx (2013), ainda no século XIX, quando, ao ponderar sobre a natureza da relação entre educação e trabalho no capitalismo, o estudioso avaliava a necessidade imperiosa de adaptação aos processos de trabalho como veículo necessário à venda de força de trabalho em um sistema produtivo sob constante revolução do próprio trabalho, dos meios de trabalho e da matéria laboral.

Alinhada a esse plano, Santos (2017) aponta que, nas décadas seguintes ao século XIX, os elementos identificados por Marx (2013) se aglutinaram à ampliação do mercado, ao espraiamento de uma racionalidade ligada à individualização dos sujeitos. Tal fato exige de nossa pesquisa uma análise do movimento histórico da sociedade, em que a necessidade de uma educação profissionalizante se liga ao desenvolvimento do capitalismo industrial, o que, no Brasil, *lócus* de nossa pesquisa, podemos detectar com mais efusividade a partir dos anos 1930.

Antes, impende situar o posicionamento ontológico sobre o qual baseamos nossa argumentação. Partindo da unidade básica do capitalismo, temos que considerar o desenvolvimento histórico da **mercadoria** desde sua forma episódica até a universal e o papel da especialização dos ofícios na maturação de uma divisão elaborada do trabalho (MARX, 2013). Assim, temos a profissionalização das atividades humanas e, concomitantemente, o desenvolvimento do fetiche que essas assumem na sociabilidade moderna. Ao analisarmos a função da classe trabalhadora nessa dinâmica, observamos a





necessidade da burguesia de criar um paradigma educacional compatível com o desenvolvimento do mundo das mercadorias.

Temos que a institucionalização do complexo educativo não é um projeto baseado na neutralidade e indisposto de historicidade. Ao contrário, possui razões baseadas nas contradições entre os interesses de classe que, por sua vez, sempre incidem sobre a disputa pela riqueza socialmente produzida entre grupos com postos distintos no sistema de produção de bens. Nesse ponto, o papel social da educação é anterior a qualquer necessidade, pois o ato do trabalho implica o enfrentamento de situações inéditas que necessitam ser respondidas da maneira mais adequada possível. Assim nasce a função social do complexo educativo (SANTOS & AMORIM, 2021).

Como a essência constituinte do trabalho é a produção fluida do novo, objetivando enfrentar situações e limitações inéditas, a complexidade de situações a serem confrontadas é cada vez maior e, nesse sentido, o complexo da educação aufere, também, especificidades que objetivam ganhar sofisticação no enfrentamento a esses impasses (tanto as contradições entre classes como o fluxo que as consciências possuem no terreno material), são elas: a educação em sentido lato (mais ampla e ligada à maioria dos processos cognoscíveis que acontecem no cotidiano) e a educação em senso restrito (em espaços que requerem sistematicidade, objetividade formal guiadas por lógicas de diversas matrizes: racionalista, irracionalista, entre outros). “A marca principal dessa especificidade educacional é institucionalizar conhecimentos sistematicamente” (IBIDEM).

Ocorre que a maneira particular com a qual o sistema produtivo capitalista se modulou no Brasil deu partida a diversas contradições decorrentes de elementos estruturantes, como trabalho assalariado e propriedade privada: “A educação brasileira é portadora de uma dualidade [sublinhamos] estrutural, característica da divisão social do trabalho, da propriedade privada e do caráter classista que se atribuiu ao ensino público” (PEREIRA, 2020, p. 22). Posto isto, especialmente no transcorrer do século XX, observamos no campo educacional que “O ensino pode se apresentar como dicotomia [grifo nosso] entre uma formação geral, resguardando um caráter propedêutico, e outro que se manifesta profissionalizante” (IBIDEM).

Avançando, não podemos deixar de salientar que a relação da educação com os sistemas produtivos se alterou ao longo do tempo. Especialmente com a maturação do capitalismo, o que iremos observar é que ela se estreita de maneira substantiva, pois aqui é fundante que os trabalhadores possuam contato com o pensamento sistêmico para se inserirem de maneira utilitarista nos mecanismos de produção de mercadorias. Essa é uma



necessidade peculiar a essa quadra histórica.

Aqui temos uma distinção central “[...] entre dois modelos paralelos e distintos de educação institucionalizada sistematicamente: a propedêutica e a profissionalizante. [...]” (SANTOS & AMORIM, 2021, p. 36). Esse fenômeno dá outra proporção à dualidade entre a educação em seu sentido lato e restrito. No capitalismo maduro (monopolista), essa dualidade pressupõe uma dicotomia baseada no ensino propedêutico *versus* ensino profissionalizante. Com efeito, a dicotomia termina por ser uma expressão da dualidade.

Aqui chegamos a um momento decisivo de nossa argumentação. Sem o ensino formal e seus componentes estruturantes, como a escola, as classes dominantes não conseguem operar o sistema capitalista de maneira a ganhar produtividade gradual na elaboração de novas mercadorias e de outras “aparentes” necessidades sociais. Ocorre que existe um elemento derivado quando nos dirigimos ao critério classista de tal fenômeno. A burguesia necessita preservar (mesmo que dependa de uma classe antagônica para existir) sua posição dominante no que correspondem as contradições políticas, culturais, econômicas, entre inúmeras outras. Para que esse conjunto de elementos alcancem conformação positiva, é necessário que existam duas modalidades de ensino: uma de origem propedêutica e outra de procedência profissionalizante. Aqui temos uma contradição decisiva, pois as duas coexistem com objetivos endógenos distintos (mesmo que na totalidade das relações sociais capitalistas alcancem correspondência).

A primeira se fundamenta na transposição sistêmica de elementos históricos das construções societárias anteriores à geração contemporânea (propedêutica). A segunda se dirige à apreensão utilitarista das formulações humanas anteriores, objetivando docilizar corpos e mentes da classe trabalhadora com vistas à produção de riqueza (profissional). Essa distinção de perspectivas fundamenta a tese da dualidade (lata e restrita), sempre existente nos processos de formação humana, mas que, nesse caso, gera uma fratura (dentro da educação formal) desaguando em diferentes seleções conteudísticas, de metodologia e das contradições relacionais derivadas desse marco ontológico.

Desse percurso, tiramos mais uma conclusão essencial à fundamentação teórica que nos auxiliará na abordagem que daremos ao problema de nossa pesquisa. O trabalho e a educação não podem, em nenhuma hipótese, ser tomados como princípio educativo. Isso porque nenhum complexo se encerra em si mesmo. Na realidade, todos eles se objetivam, na medida em que se relacionam e interpõem, reciprocamente, necessidades históricas.

Incorporando teoricamente os apontamentos acima, retornamos ao IDORT para assimilar esses pressupostos ao objeto de estudo propriamente dito. A alta intelectualidade



pertencente à “burguesia urbana” queria a implementação de uma indústria moderna brasileira que, por sua vez, dependia de um novo perfil de trabalhador que não questionasse a ideologia *racionalizadora* de seus idealizadores – dentre eles, Roberto Mange, Roberto Simonsen, Aldo Mário de Azevedo, Armando de Salles Oliveira – e se apusesse aos movimentos dos trabalhadores no início do século XX. Ao analisarmos o “plano de trabalho” do IDORT, percebemos essa intencionalidade: os industriais paulistas definiram um audacioso programa, subdividido em duas frentes. Na primeira, foi criada a Divisão de Organização Administrativa, que, ao longo do período (1930-1945), produziu inúmeros trabalhos expostos nas páginas da **Revista IDORT**. A segunda frente foi a Divisão de Organização Técnica. Sua finalidade basilar era atender às necessidades empresariais; desse modo, deveria elaborar estudos e experiências que proporcionassem a qualificação da mão de obra. Dessa maneira, ela foi estruturada com os seguintes objetivos: orientação profissional, seleção e educação profissional, tecnopsicologia e higiene do trabalho (BATISTA, 2015). Assim, a *idiosincrasia do atraso* sustentava uma concepção educativa atrasada para atender aos interesses de uma elite também atrasada (SANTOS, 2017).

Uma perspectiva formativa e interventiva que orientava essas ações era influenciada pelo campo da Psicologia. Sempre com o cuidado de manutenção da ordem social e caracterizada por um vínculo liberal-conservador, importantes intelectuais, como Noemy Rudolfer, utilizaram esse ramo do conhecimento como veículo de seleção de competências para avaliar discentes aptos em maior ou menor grau para diversas atividades (MORAES, 2012), como implementação de serviços de orientação profissional, aliviando o peso econômico de trabalhadores mal adaptados às suas atividades. Assim, a opção central era pela individualização de problemas estruturais. Com efeito, ao direcionar suas propostas para o espaço escolar, ela esfacelava os seus componentes, mas responsabilizando sujeitos específicos, no caso, o professor (IBIDEM). Dessa maneira, a Psicologia assumiria o papel central de agente organizador, atribuindo às pessoas suas funções devidas no tecido social.

Esses fatos não estão isentos das contradições derivadas da disputa de classes no Brasil na primeira metade do século XX. A luta pelo controle do Estado burguês em 1930, a subida de Vargas ao Governo Central e suas acirradas disputas com a burguesia paulista demonstravam as divergências que existiam entre as frações da classe dominante, notadamente entre fazendeiros e industriais paulistas; esses últimos organizaram-se e constituíram sua hegemonia como *classe dominante* com base no ideário “industrialista” e inspirados nas teses tayloristas. Para tanto, criaram instituições como o Centro das



Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), em 1929; a Organização Racional do Trabalho (ORT), em 1930; a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em 1931; e o IDORT, no mesmo ano (BATISTA, 2015).

Estava posta a intenção econômica e política do IDORT para com o capital. Sob o primeiro ângulo, oxigenar a reprodução de um capitalismo em crise (Crise de 1929), do ponto de vista político, camuflar e obscurecer a luta de classes, divulgando o “idealismo” fundado na solidariedade entre classes antagônicas (classe trabalhadora e os principais industriais do estado de São Paulo). Esse último apontamento é verificado pelo cientificismo apregoado pelo ideário taylorista, ou seja, um saber objetivo, pretensamente neutro, que aponta unicamente para a ordem em contraposição aos “anárquicos” métodos empíricos tradicionais. Concluindo, essa proposta estava vinculada intimamente à ideologia *industrialista*, dissociando a técnica de sua vinculação política (IBIDEM).

Levando o debate para a esfera da reprodução social, necessitamos também abordar suas reverberações ao complexo da educação. A primeira consideração é de que nessa década notamos uma mudança na composição classista do país – especialmente com o surgimento de um proletariado urbano direcionado a trabalhar no setor de serviços, mas especialmente nas grandes fábricas. Tal acontecimento se deu mormente por uma característica “exógena” à sociedade brasileira, a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial. Esse evento gerou uma demanda inédita por produtos industrializados no mercado mundial outrora não existente (MARINI, 2000). Quanto à Crise de 1929, esta pôs evidente a necessidade imperiosa de mudança estratégica por parte dos industriais, gerando um novo paradigma organizacional de suas cadeias produtivas (BATISTA, 2015). Essa mudança do lugar que o Brasil ocupava na reprodução mundial do capital, especialmente durante os decênios de 1930 e 1940, também ocasionou um redirecionamento das políticas de Estado que readequassem a formação do trabalhador médio no país, exigindo-lhe um nível de disciplina e produtividade inédito em uma nação com economia e setor produtivo defasados e direcionados, prioritariamente, a gêneros primários.

Os rebatimentos dessas mudanças no complexo educativo foram efusivos, pois a readequação das políticas estatais postas pelos setores dominantes, em especial a nascente burguesia industrial, foi relativamente rápida nos anos subsequentes. Exposto esse aspecto, segundo Batista e Lima (2010), o empresariado surgido desse movimento tencionou criar meios de formação da consciência dos seus membros: isso se deu com a formação de técnicos, cientistas, organizadores da cultura em geral, à cata da formulação de uma propositura superior que refletisse essa obstinação em se adequar a uma realidade



na qual o sistema produtivo necessitava de mercadorias industrializadas.

Está aí a confluência de duas diretrizes fundamentais à proposta industrialista (da qual o IDORT era importante assecla). A primeira é a “sofisticação” dos elementos constituintes dos processos de trabalho, objetivando o aumento da exploração dos trabalhadores. A segunda é a composição de um Estado vinculado a práticas elitistas e corporativistas, onde as proposições governamentais são postas à coletividade de maneira verticalizada, não se dispondo ao diálogo com a sociedade civil. Sendo assim, da união de ambas emanaria um rígido controle ao comportamento da classe trabalhadora, sendo capaz de aumentar o grau de seu disciplinamento aos pressupostos empresariais no espaço laboral e civil, tomando o complexo educativo como elemento opressor. Essas características remetem ao passado colonial, quando analisadas criticamente, pois intentam implementar regimes de trabalho conduzidos pela superexploração (como no período escravocrata) e um Estado autoritário (como no Brasil colonial).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A burguesia é uma classe revolucionária por princípio, ela necessita alterar profunda e constantemente as bases sobre as quais assenta suas relações de produção (MARX, 2013). Isso implica não só alteração da natureza “externa” ao homem (criação de máquinas, cidades, meios de comunicação, entre outros), mas mudança de suas estruturas ideológicas, psíquicas, para a simultânea ou consecutiva (ou ambas) alteração de seus fundamentos políticos. Posto isto, percebemos que as categorias centrais do capital, como a mercadoria, necessitam ser introjetadas em cada ser como razão existencial das pessoas. Aqui temos o princípio prático posto em curso. As consequências disso são diversas. Um fato, entretanto, que necessita ser ressaltado é a perda de referência de qualquer estrutura identitária que as classes possam ter. Os sujeitos se movem coletivamente na sociedade sem apreender qual a razão (portanto, o lugar) que eles ocupam nessa coletividade e sem poderem decidir logicamente onde eles seriam mais relevantes nela, segundo a interposição de seus interesses individuais e coletivos pela perda de perspectiva que os processos de alienação derivam ao sujeito. A razão de sua existência (do ser social) passa a ser externa a ele. O que a alimenta é o interesse de outra pessoa (em geral de uma classe antagônica) que não nutre nenhum real interesse pelo seu bem-estar.

Aqui chegamos a um marco em nossa argumentação. Temos que justificar por que esse fenômeno se processa desde microrrelações até estruturas relevantes à coletividade. A primeira constatação a que aportamos parte da categoria central das relações sociais: o



trabalho – tomando esse como a relação do homem com a natureza, universalmente necessária à criação da existência do primeiro. Temos a característica ontológica de o trabalho nunca se esgotar em si mesmo. Isso dá azo a uma dinâmica singular entre criar e recriar a satisfação de carências e necessidades. Bem, no capitalismo, essa dinâmica não é suscetível de ser destruída, mas pode ser camuflada por diversos mecanismos, como: “[...] a subsunção real do trabalho ao capital” fortemente condicionada pelo desenvolvimento tecnológico e pela generalização da extração de mais-valia” (MARX, 2013). Implica dizer que o homem tem apartado de si os meios de produção, aquilo que é essencial à realização de sua existência.

O IDORT tinha uma pretensão central: alterar a relação do homem com sua produção, ou seja, com toda a natureza com a qual os homens operam (o que dialeticamente incorpora a mudança do próprio homem). A maneira como isso ocorre é objetiva, ao modificar o modo como os processos de trabalho se organizavam, diversas alterações nas cadeias produtivas de relações sociais eram invariavelmente processadas. Se o regime de organização do trabalho fabril exige (para a recomposição dos padrões de lucratividade capitalista) um operário docilizado à relação temporal com a máquina em âmbito restrito, o comportamento humano necessitaria ser artificialmente alterado em sua essência. Isso pode ocorrer por diversas linhas de ação. No caso analisado por nós, ficou evidente que isso aconteceu pelo âmbito da reprodução social, especialmente encarando o Estado como um ente que “emana” normatizações à vida coletiva pelo monopólio do uso da violência.

Tendo esse imperativo como norte, observamos que o IDORT incorporou as diretivas impostas pelos conglomerados capitalistas internacionais à realidade brasileira. Evidenciamos, entretanto, que isso ocorreu de maneira *sui generis*, pois essas ordens se juntaram a uma cultura escravista (o que implica dizer que o homem é o próprio meio de produção), a uma economia fortemente dependente de incentivos externos a ela e a uma burguesia sem nenhum interesse nacional. Portanto, o resultado foi ainda mais nocivo à classe trabalhadora, pois a incorporação de um regime industrial de produção correspondeu rigorosamente ao crescimento de sua exploração e à continuidade de seus padrões rebaixados de consumo – esse é um elemento central para a apreensão da maneira como o capitalismo se realizou e se efetiva no Brasil e na América Latina.

A particularidade do capitalismo brasileiro repousa sobre diversas contradições. Muito embora o contexto histórico da primeira metade do século XX revele um país eminentemente rural e com um contingente populacional gigantesco de analfabetos (o que



impediria o impacto em grande monta da linguagem escrita de uma revista no seio da classe trabalhadora), temos que pensar a complexidade exigida pela indústria moderna. Ela cria profissionais especializados em reproduzir signos e valores (em especial, no ambiente de trabalho). No âmbito taylorista, vimos que a efetivação de funções (inclusive as intelectuais) se deu por processos simplórios. Somado a isso, vimos que o Estado brasileiro costuma efetivar grandes mudanças por meio de acordos “pelo alto”, sem o concurso da população.

A soma dessas características, aliada à complexa divisão social do trabalho que a modernidade exige, foi a força motriz para o espraiamento do ideário taylorista onde quer que a divisão internacional do trabalho impusesse a necessidade de meios de produção industriais. Esse fato se constituiu como importante método de organização produtiva, fomentando, constantemente, à extensão do século XX, intensas alterações no complexo educativo.

A burguesia industrial, *in hoc sensu*, assumiu e colocou em curso mediante a ação de sua vanguarda não só um projeto de formação da classe trabalhadora do “chão da fábrica”, mas também de trabalhadores especializados preocupados com a constituição de um padrão ético de reprodução dos valores burgueses em sua era monopólica. De efeito, os registros escritos ganham fluidez na divulgação do ideário industrialista. Foi no período de grande circulação das publicações *idortianas* que marcos regulatórios do sistema educacional formal foram efetivados, como as leis orgânicas da educação nos anos de 1940; o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), que tinha em Roberto Mange (um dos intelectuais orgânicos do IDORT) o seu fundador. Em outras palavras, mesmo que um trabalhador não tivesse contato direto com uma publicação idortiana pelas circunstâncias materiais do período, a instituição que os formava era orientada pelas diretivas contidas na publicação. Essa elaboração, muito embora tenha alcançado sofisticação somente nos anos 1940, pode ser mapeada ao longo do século XX e, mesmo antes da Revolução de 1930, já podemos dizer que as realizações de intelectuais como Roberto Simonsen tangenciaram iniciativas estatais importantes, como a institucionalização da obrigatoriedade do ensino profissional, em 1927.

Expresso esse ponto, o IDORT é fruto de um contexto de mudanças na sociedade brasileira, da readequação das contradições entre o urbano e o rural, do trabalhador da terra e do trabalhador da fábrica. As ações idortianas, muito embora tenham se ampliado posteriormente, remansaram cristalizadas pela preocupação com o desenvolvimento da produtividade industrial. Isso é claro nos primeiros volumes da *Revista IDORT*, em que a problemática se dirigia ao crescimento da produtividade do trabalho por homem-hora com



a eliminação do desperdício, diminuição dos custos de produção e distribuição e incentivo ao uso de força mecânica, reverberando em um novo ponto: a melhoria das condições físicas para o trabalho. Essa sofisticação dos meios de produção objetivava a produção de uma mais-valia relativa (outrora incipiente pelo estágio primário das forças produtivas no Brasil), mas não esquecendo de combiná-la com a produção de mais-valia absoluta. Quando superamos a separação formal dos complexos da política, da educação e do trabalho, conseguimos enxergar essa combinação de modalidades de exploração – Estado como veículo propulsor.

## REFERÊNCIAS

ANTONACCI, Maria Antonieta Martines. Institucionalizar Ciência e Tecnologia: em torno da fundação do Idort. São Paulo (1918 – 1931). *In: Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 7, nº 14. 1987.

BATISTA, Eraldo Leme. **Trabalho e educação profissional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil**: análise do pensamento e das ações da burguesia industrial a partir do IDORT. 1. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2015. (Coleção Memória da Educação).

BATISTA, E. L.; LIMA, M. R. Trabalho, educação e hegemonia nos anos 1930 e 1940 no Brasil – análise a partir do IDORT. *Revista HISTEDBR On-line*, [s. l.], v. 10, n. 38e, p. 114–130, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639754>. Acesso em: 22 jan. 2023.

CORREIA, T. de B. ALMEIDA, C. C. O. de. Habitação econômica no Brasil: o IDORT e sua Revista (1932 – 1960). *In: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo, 2013.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**; tradução Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. – São Paulo: Boitempo, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. *In: Dialética da Dependência/ uma ontologia da obra de Ruy Mauro Marini; organização e apresentação de Emir Sader – Petrópolis, RJ Vozes; Buenos Aires CLACSO, 2000.*

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política /Karl Marx; supervisão editorial de Mario Duayer: Tradução Mario Duayer, Nélio Schneider (colaboração de Alica Helga Werner e Rudiger Hoffman). – São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. – São Paulo: Boitempo. 2013.

MORAES, José Damiro de. Noemy Rudolfer e a organização da escola e do mundo do trabalho nos anos 1920 e 1930. *Educação e Pesquisa*, [s. l.], v. 38, p. 485–497, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/ep/a/YN8kNRgG8YTTvbybbVsZH4G/?lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2023.





PEREIRA, George Amaral. **A educação profissional e o ensino médio no Brasil:** meandros, contradições e descaminhos da proposta de integração no Ceará. 2020. - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/193446>. Acesso em: 22 jan. 2023.

SANTOS, José Deribaldo Gomes dos. **Educação e Profissionalização Profissionalizante:** crítica à integração da escola com o mercado. São Paulo. Instituto Lukács. 2017.

AMORIM, G. Profissionalização e escola capitalista: formação para a adaptação. *In: Educação profissional no Brasil do século XXI: políticas, críticas e perspectivas: vol. 1* / José Deribaldo Gomes dos Santos, Domingos Leite Lima Filho, Henrique Tahan Novaes (organizadores). – Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.

TONET, Ivo. Educação e Formação Humana. **Ideação** (Cascavel). v.8, p. 9-22, 2006.

TONET, Ivo. **Método científico:** uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução: Regis Barbosa; Karen Elsabe Barbosa. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

**Artigo recebido em:** 18 de fevereiro de 2023

**Aceito para publicação em:** 14 de março de 2023

**Manuscript received on:** February 18, 2023

**Accepted for publication on:** March 14, 2023

Endereço para contato: Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Educação/FACED, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campus Universitário, Manaus, CEP: 69067-005, Manaus/AM, Brasil

